



CAPTAÇÃO DE RECURSOS ALTERNATIVOS: UFF

Eliana Neves Botelho (UFF)

eliana@latec.uff.br

Luís Perez Zotes (UFF)

lpzotes@oi.com.br

Rosana Therezinha Queiroz de Oliveira (UFF)

rosana@latec.uff.br

Hellen Costa Ramos (UFF)

hellen@latec.uff.br

João Alberto Neves dos Santos (UFF)

joaoneves@fat.uerj.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo estudar como a universidade pública brasileira, notadamente a Universidade Federal Fluminense, vem tratando a questão da coexistência do financiamento governamental com o financiamento obtido através de fontes alternativas na execução de suas atividades. Para compreender a cultura da universidade brasileira é fundamental ter como pano de fundo o histórico de sua formação e evolução. Metodologicamente, a pesquisa de campo conta com entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os gestores da Universidade Federal Fluminense; uma visita à Universidade Federal de Minas Gerais para conhecer suas práticas em relação à temática do trabalho. A partir do estudo, pode-se concluir que, os gestores da Universidade Federal Fluminense, não acreditam que a captação de recursos alternativos descaracteriza a universidade pública, desde que não implique no descomprometimento do Governo Federal com o financiamento da Educação e que sejam acordados princípios éticos e transparentes para orientar a captação e aplicação daqueles recursos.

Abstract

This work aims at studying how the Brazilian public university, mainly the Universidade Federal Fluminense, is dealing with the coexistence between public funding and that raised alternatively. It is highly important to know about the history of Brazilian university in order to understand its culture. Concerning the

methodology used, semi-structured interviews were made with senior executives at Universidade Federal Fluminense. Moreover, the author visited Universidade Federal de Minas Gerais to learn about their practices in the area. The conclusion is that the executives at the Universidade Federal Fluminense do not believe that fund-raising activities would change the role of public universities as long as these activities do not represent the lack of responsibility of Federal Government in financing Education and ethical, clear principles are established to guide the search and application of financial resources.

Palavras-chaves: Captação de recursos. UFF. Financiamento.

1. INTRODUÇÃO

No momento, as universidades públicas passam por reflexões sobre novas formas de captação de recursos financeiros.

É importante observar que a comunidade universitária brasileira vive hoje grandes inquietações. As grandes transformações pelas quais a nossa sociedade tem passado atingem diretamente as universidades, instituições responsáveis pela produção e disseminação do conhecimento. Por estarem inseridas no contexto da sociedade de maneira inequívoca e simbiótica, as universidades são causa e consequência das diretrizes político-econômicas do Estado e das mutações sociais.

Tais diretrizes são grandes forças de influência na construção do papel da universidade, em especial da pública. A escassez de recursos, a falta de fiscalização, a lentidão de nossos sistemas reguladores e as idas ao FMI abalam a capacidade de financiamento do Estado. Há, ainda a questão da recente redemocratização brasileira que fez com que uma geração inteira de cidadãos ainda esteja em formação, reduzindo consideravelmente a massa crítica que atua nas universidades.

Além disso, a mundialização, a disseminação instantânea de informações e o rápido avanço tecnológico transformaram paradigmas sociais até então válidos e tornaram imperativo que os países se estruturam para criar suas competências. Isso passa, necessariamente, por vontade política e pela questão da universidade.

O presente trabalho parte do pressuposto que a educação superior é uma atividade por demais estratégica para que seja deixada à mercê de investidores, que têm por objetivo primeiro o lucro e não o desenvolvimento da nação. No entanto, como já observado, concomitantemente ao agravamento da crise política, social e financeira do país, a universidade passou a conviver, de forma conflitante, com o aumento de seus custos, com a expansão de suas atividades e com a escassez de apoio financeiro. Tal situação conduz ao recrudescimento de suas necessidades, levando a universidade pública a enfrentar dificuldades prementes que requerem uma solução imediata.

Não seria prudente esperar do Estado atual, seja por sua política neoliberal ou pela virtual falta de recursos, a resolução de todas essas questões. Paralelamente à articulação do meio acadêmico em torno do financiamento da educação, considerou-se a ação pró-ativa sobre o assunto em nível institucional.

Nos últimos anos, observa-se algumas mudanças no financiamento das universidades, principalmente as públicas, pelo governo federal. No início da pós-graduação os mestrados e doutorados recebiam mais atenção das agências financiadoras de pesquisa – CAPES / CNPq / FINEP, dentre outras. Os recursos eram ampliados e se destinavam à formação de doutores, inclusive fora do país; ao mesmo tempo eram estimulados projetos de pesquisas.

Atualmente, presencia-se a redução gradativa dos recursos destinados para as instituições de ensino superior, alocados pelo MEC, tudo levando a uma situação drástica; como foi dito nos parágrafos anteriores, levando-nos à dolorosa experiência pela qual vivem os dirigentes das universidades públicas no Brasil.

Com o atual momento e a globalização da economia, as universidades vêm atravessando uma fase de crise no seu financiamento. Os investimentos da União destinados, particularmente, a educação entraram em colapso, obrigando-as a procurarem formas alternativas de financiamentos, a fim de suprirem suas deficiências. Tais recursos estão cada dia mais dificultados, fato que requer a busca de novas propostas, que permitam dar continuidade eficiente as suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

Decidiu-se, assim, estudar a possibilidade de uma prática alternativa de captação de recursos, preservando, entretanto, a responsabilidade da União na manutenção das Universidades Públicas Federais.

Sendo a educação um fator estratégico para o crescimento do país, a relevância do trabalho consiste em apresentar subsídios para as modificações oriundas de demandas internas e externas.

2. METODOLOGIA

Para realizar uma avaliação crítico-propositiva acerca da problemática do financiamento, procedeu-se a um estudo teórico que permitiu verificar os motivos que levaram as universidades públicas, em especial as federais, a mergulharem em profunda crise financeira.

Para a contextualização da Revisão da Literatura, a respeito do Financiamento do Ensino Superior foram pesquisadas artigos em periódicos científicos, publicações de autores da área, documentos disponíveis nos setores financeiros da UFF, legislação pertinente e páginas privadas e governamentais na internet.

As entrevistas foram gravadas e transcritas e os questionários foram enviados por e-mail.

A partir do confronto dos dados obtidos e da revisão da literatura tentou-se identificar tendências em relação ao desenvolvimento da atividade captação de recursos na UFF. Esse momento foi importante, também, para levantar questões voltadas para análise de contexto macro relacionadas ao tema.

2.1. LIMITAÇÕES DO MODELO

Por dificuldades de operacionalização e pelo fato do tema do trabalho ser polêmico no atual momento, não foi possível programar visitas a outras universidades federais para a pesquisa de campo.

Além disso, houve dificuldade de encontrar material bibliográfico sobre a questão das formas alternativas de captação de recursos em instituições federais de ensino superior.

3. A UNIVERSIDADE NO BRASIL

O período que vai da Proclamação da República (1889) até a revolução de 1930, denominado de república velha, ou primeira república, ou república oligárquica, marca historicamente o estudo das transformações ocorridas pelo ensino superior. Tais transformações foram iniciadas com a influência positivista e seu término foi marcado com a era Vargas, desencadeada em 1930-31, onde surgiram escolas superiores livres, empreendimentos particulares. O ingresso a essas escolas era facilitado pela necessidade de aumentar a força de trabalho datada de alta escolaridade, assim como de determinações ideológicas, com influência positivista.

Segundo CUNHA (1986), o sistema educacional exercia a função de fonte fornecedora de diplomas, garantindo conhecimentos que levariam os que os adquiriam a cargos de maior remuneração, prestígio e poder. Todo esse "processo facilitador de diplomas das escolas

superiores tendia a perder raridade e, em conseqüência, a deixar de ser um instrumento de discriminação social". Na tentativa de restabelecer a função do sistema educacional, surgem, então, os exames vestibulares.

Foi nesse período que surgiram os primeiros estabelecimentos de ensino superior no Brasil, com o nome de universidade.

Na verdade, apesar da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, a primeira Universidade a ser criada e organizada, segundo as normas dos Estatutos das Universidades, foi a Universidade de São Paulo (USP), em 02/01/1934. Apresentava ela a novidade de possuir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, segundo Fernando Azevedo, passou a ser a medula do sistema, tendo como objetivos a formação de professores para o magistério secundário e a realização de altos estudos desinteressados e a pesquisa.

Em 1935, Anísio Teixeira, como Secretário da Educação, criava a Universidade do Distrito Federal, de estrutura arrojada, caracterizada pelo fato de não possuir as três faculdades tradicionais e ter uma Faculdade de Educação, na qual se situava o Instituto de Educação. Teve, porém, curta duração: foi extinta em 1939, ao incorporar-se à Universidade do Brasil, na qual se transformara a Universidade do Rio de Janeiro, desde 1937.

A Universidade de Brasília foi criada em 1961, sob a orientação do educador Darcy Ribeiro, adotando-se metodologias e estrutura diferentes das existentes:

(...) tripartida e integrada, composta por institutos centrais de ensino e pesquisa, por Faculdades responsáveis pela formação e por órgãos complementares destinados a funcionar supletivamente como centros de extensão para a capital e demais pontos do país" (SINDER, 1998, p. 89).

A Lei nº 5.540, de 28/11/68, e o Decreto-lei 464, de 11/02/69, reafirmaram princípios já adotados em legislação anterior e a estrutura já em implantação.

O ensino superior deve ser ministrado, preferentemente, em universidades. A menor fração da estrutura universitária passa a ser o Departamento, o qual congregará disciplinas afins. O Reitor administrará a universidade juntamente com demais órgãos. A universidade deve promover cursos de graduação, pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização. Foi unificado o vestibular, por universidade e por região.

A modernização da universidade ocorreu menos por pressão da rebelião estudantil do que pela descoberta de que a inovação poderá ser manipulada sem ameaças à estrutura de poder.

O novo modelo de universidade consistia, teoricamente, em agregar a racionalidade administrativa à universidade para torná-la mais moderna e adequada às exigências do desenvolvimento. Politicamente, porém, essa racionalidade administrativa acabou aumentando, no seio da própria universidade, o controle dos órgãos centrais sobre toda a vida acadêmica e, externamente, o controle da própria Universidade pelos órgãos de administração federal de ensino. A modernização tinha, portanto, uma funcionalidade política, sobretudo porque retirava da universidade qualquer chance de interferir sobre, ou de controlar os resultados daquilo que ela mesma produz. O governo criou, na verdade, o esfacelamento das antigas estruturas, grupos e pessoas. A matrícula por disciplina, por exemplo, desfez os grupos de estudantes, eliminando, assim, o desenvolvimento do espírito de grupo ou de classe.

4. BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

A UFF é uma entidade federal autárquica, de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, econômica e financeira, exercida na forma do seu Estatuto, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, Parecer 02/83 e homologado pela Portaria Ministerial nº 177 de desenvolvimento de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) foi criada pela Lei nº 3.848, de 18/12/60, com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). Constituiu-se da incorporação de cinco faculdades federais já existentes em Niterói (Faculdade de Direito de Niterói, Faculdade Fluminense Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade Fluminense de Odontologia e Faculdade Fluminense de Odontologia e Faculdade de Medicina Veterinária); três escolas estaduais (Escola de Enfermagem, Escola Fluminense de Engenharia e Escola de Serviço Social) e duas faculdades particulares (Faculdade Fluminense de Filosofia e Ciências Econômicas, que foram federalizadas e incorporadas posteriormente pela Lei nº 3.958, de 13/09/61.

No dia 05/11/65, pela Lei nº 4.831, a UFF teve seu nome atual homologado. Em 1964 foi doado pela Prefeitura Municipal de Niterói o Hospital Antônio Pedro, criado em 15/01/51, com caráter exclusivamente assistencial. Sua maior diretriz passou a ser a de integrar ensino, pesquisa, extensão e assistência médico-hospitalar.

Através do Plano de Reestruturação, Decreto nº 62.414, de 15/03/68, seu Estatuto foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, de acordo com o parecer nº 696, de 05/09/69.

A partir daí, a Universidade Federal Fluminense vem desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão cada vez mais integradas com as aspirações da comunidade.

Com a expansão da UFF e a descentralização de suas atividades universitárias foi instalado o Campus Universitário: Campus do Valonguinho, da Praia Vermelha, do Gragoatá e os Campus Avançados, em Oriximiná – Pará, Pinheiral – RJ, Bom Jesus do Itabapoana – RJ e Cachoeira de Macacu – RJ.

Na década de 70 foi criada a Unidade Avançada José Veríssimo, Oriximiná – Pará e incorporados os Colégios Técnicos Agrícolas: Ildelfonso Bastos Borges, em Bom Jesus do Itabapoana – RJ e Nilo Peçanha, em Pinheiral – RJ.

Para atender à demanda da população do interior do Estado do Rio é atendendo a proposta de interiorização a UFF iniciou, também, na década de 70 as atividades de graduação nos Municípios de Campos, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda.

Em 1981 foram criadas as Pró-Reitorias: de Assuntos Acadêmicos, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e de Planejamento, como órgãos de centros de coordenação e supervisão.

A Universidade Federal Fluminense possui 04 Centros Universitários que encontram-se em extinção, são eles: CCM, CEG, CES e CTC. As Unidades de Ensino são 26 – 12 Institutos, 09 Faculdades e 05 Escolas, departamentos de ensino são 84 e 02 Colégios Agrícolas.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Através de contatos mantidos com os participantes ou com seus assessores foram realizadas 8 das 15 entrevistas previstas. A dois dos participantes foram enviadas as perguntas por fax; um deles respondeu. Quantos aos outros participantes dos quais não se obteve resposta, os questionários foram entregues nos respectivos setores de lotação e/ou foi enviado por e-mail.

A análise dos questionários (Anexo A) foi realizada em paralelo com as respostas obtidas com os entrevistados, caracterizando uma análise transversal, uma vez que dos dados foram coletados e avaliados ao mesmo tempo, descrevendo uma amostra em uma mesma dimensão temporal, segundo Keeves (1990, apud Oliveira, 2005).

Os resultados obtidos foram os seguintes:

a) Descentralização orçamentária / segmentação

Embora todos os entrevistados acreditem que a descentralização orçamentária será positiva para a UFF gerando maior rapidez, desburocratização e eficácia na utilização dos recursos financeiros, 62,5% julgam que haverá uma corrida segmentada dentro da Universidade. Isto é, para estes a UFF corre o risco de ter sua organicidade fragmentada pelo afã que pode representar a busca por recursos alternativos feita pelos vários setores da Universidade.

Já os 37,5% restantes não julgam ser esse o resultado da descentralização orçamentária. Para estes últimos ela não trará o risco da fragmentação.

b) Alternativas para o financiamento do ensino superior público

Com referência a formas alternativas para a solução da falta de recursos e a participação da iniciativa privada, 75% dos entrevistados deixaram claro que a iniciativa privada seria a alternativa, mas com clareza na definição das regras e planejamento estratégico para melhor utilização dos recursos, controle e auditorias prévias, alertando sempre que isso seria com o objetivo de trazer benefícios e melhorias para a Universidade, sem desobrigar o governo da parcela que a ele cabe. Os outros 25% acreditam que a solução para o financiamento público deveria ser o repasse ampliado em relação aos patamares atuais dos recursos federais.

c) Criação de um setor voltado para a captação de recursos

Perguntados sobre a criação de um setor cujas atribuições fossem fazer a prospecção, estimular e controlar a captação de recursos, a unanimidade dos entrevistados concluiu que o setor indicado na pergunta seria de grande importância para a Universidade, embora haja discordância no que tange a sua vinculação na estrutura universitária: 62,5% acham que o órgão deveria ser criado dentro da própria UFF e 37,5% acham que deveria ser feita em conjunto com a Fundação.

d) Fundações como órgãos de estímulo à captação de recursos alternativos

Existe uma concordância unânime em relação à questão das fundações estimularem a captação de recursos alternativos nas universidades, pois estas são entendidas como órgãos facilitadores, elementos essenciais na desburocratização dos processos de captação de recursos, o que seria um argumento a mais para as negociações com outras instituições.

e) Aplicação dos recursos captados

Com relação à aplicação de recursos captados, as opiniões foram diversas e as sugestões foram muitas, tais como: aplicação em planejamento estratégico com definição de prioridades, remuneração adicional para o pessoal envolvido nos projetos e melhoria de suas condições de trabalho, qualificação profissional, atendimentos a projetos na área social, ajuda às unidades que não têm como captar recursos, melhoria de infra-estrutura, atividades acadêmicas que são pesquisa, extensão e ensino de graduação e pós-graduação, entre outras.

Vale ressaltar que mesmo os entrevistados que na 2ª pergunta foram contra a participação da iniciativa privada no financiamento das IFES's, apresentaram sugestões para a utilização dos recursos captados alternativamente de acordo com a realidade atual da UFF.

Após as entrevistas e análise das respostas, foi concluído que a atividade alternativa de captação de recursos seria uma oportunidade para a melhoria, avanço e engrandecimento da Universidade em aspectos fundamentais, mas que isso não incorreria de forma alguma na privatização da mesma e nem seria uma forma de desresponsabilizar o governo de suas atribuições.

<p>Descentralização Orçamentária Positiva → rapidez, desburocratização e eficácia (100%) Haverá risco de segmentação (62,5%) Sem risco de segmentação (37,5%)</p>	<p>Origem de Recursos Iniciativa privada como alternativa + verba do governo (75%) Repasse do governo ampliado em relação aos atuais patamares (25%)</p>
<p>Criação de um setor voltado para a captação de recursos Concordam com a criação (100%) Vinculado à UFF (62,5%) Em conjunto com a Fundação (37,5%)</p>	<p>Fundações como órgãos de estímulo à captação de recursos alternativos Concordam (100%) → órgãos facilitadores = desburocratização e abertura para negociações com outras instituições.</p>
<p>Sugestões para aplicação dos recursos captados Planejamento estratégico com definição de prioridades Pessoal envolvido nos projetos → qualificação, remuneração adicional e melhoria das condições de trabalho Atendimentos a projetos na área social Ajuda às unidades que não têm como captar recursos e melhoria de infra-estrutura Estímulo a atividades acadêmicas (pesquisa, extensão e ensino de graduação e pós-graduação)</p>	

Figura 1 – Quadro Sinótico (Resultado das Entrevistas)

Na visita técnica à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram visitados o Departamento de Contabilidade e Finanças, representado pelas Sr^{as} Vânia Couto Ribeiro e Rosa Froeseler, e a Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (FUNDEP), representada pelo Sr. Ademir Ribeiro, objetivando, como foi explicitado anteriormente, conhecer os mecanismos utilizados naquela universidade para operacionalizar a captação e a utilização de recursos alternativos. Os resultados dessa pesquisa encontram-se relatados a seguir.

5.1. O INÍCIO DO PROCESSO

Escolhida por ser uma das universidades federais mais pró-ativas na captação de recursos alternativos, não foi surpresa verificar que o trabalho nessa área encontra-se bastante estruturado.

Os recursos alternativos são captados, basicamente, através de três grandes atividades: cursos de especialização, cursos de extensão e serviços de consultoria. Os cursos, em sua maioria pagos, devem ter seus projetos aprovados pelas instâncias competentes na UFMG e em tais projetos devem constar plano acadêmico, orçamento, fonte e plano de aplicação de recursos. O pagamento dos cursos pode ser feito via convênio com empresas específicas ou via contribuição dos inscritos.

Já os serviços de consultoria surgem através de contatos pessoais dos especialistas da UFMG e também devem ter projetos específicos aprovados pelas instâncias competentes. Por se tratar de atividade que depende de iniciativas pontuais, seu controle é mais complexo. Desta forma, a UFMG tem buscado alternativas para incentivar a institucionalização dos serviços de consultoria, evitando, assim, que seus especialistas prestem tais serviços particularmente com a conseqüente perda de potenciais recursos para a Universidade.

Como uma nova forma de captação de recursos, a UFMG instituiu, recentemente, uma comissão que tem por atribuição a prospecção de doações. Iniciando agora seus trabalhos, tal comissão pretende, através da divulgação da imagem da Universidade junto à sociedade e do acompanhamento da vida profissional de seus ex-alunos, incentivar que empresas, ex-alunos e a comunidade em geral apoiem os eventos e projetos desenvolvidos pela UFMG.

Há, ainda, uma proposta em fase de estudos que se refere à criação de um grupo de profissionais da própria Universidade que avalie o potencial de cada área da UFMG para sugerir ações que possam resultar em recursos para a Universidade.

5.2. O CONTROLE E A APLICAÇÃO DA ARRECADAÇÃO

Como mencionado anteriormente, o repasse dos recursos da FUNDEP para a UFMG se dá automaticamente quando de sua entrada.

Tais recursos são registrados na fonte 250 – “Recursos Diretamente Arrecadados”, classificação do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, do Governo Federal, e, obedecidas as normas do orçamento público, tanto as unidades quanto a administração central têm autonomia para deles disporem, incluindo o pagamento das pessoas envolvidas nos projetos, sejam elas da UFMG ou não. No caso da administração central, a aplicação segue as metas e prioridades estabelecidas em seu planejamento estratégico (plano plurianual).

Os recursos arrecadados via FUNDEP são aplicados em “Custeio” (que não manutenção) e “Capital” (material permanente, obras e reformas), com predominância para este último, o que permite a atualização de seus equipamentos e a adequação de seu espaço físico. O Plano Diretor para a área física é amplo.

Há, ainda, fundos específicos onde tais recursos são aplicados, como o Fundo Especial de Capacitação do Quadro de Servidores Técnicos e Administrativos e o Fundo de Bolsas; este último destinado ao pagamento de bolsa-alimentação aos alunos, por exemplo. Vale ressaltar que o restaurante universitário é terceirizado.

Observe-se, ainda, que a UFMG cobra taxa de matrícula semestral, da qual cerca de 90% são destinados à FUMP, fundação de apoio aos estudantes para o pagamento de outros tipos de bolsa. A FUMP não capta recursos, apenas gerencia os recursos a ela destinados.

Peça fundamental nesse contexto, a FUNDEP foi criada há 25 anos com o objetivo de apoiar e agilizar as ações da UFMG. Contando com uma excelente infra-estrutura, a FUNDEP é, das fundações de apoio existentes na UFMG, a que mais harmoniosamente se relaciona com a Universidade no desenvolvimento da atividade de captação de recursos.

Recentemente, foi criado na estrutura da própria Fundação o Núcleo de Relações Institucionais e Desenvolvimento de Oportunidades onde propostas de projetos trazidas pela

FUNDEP e rejeitadas pelos especialistas da UFMG (por falta de tempo ou de pessoal disponível, por exemplo) são desenvolvidos pela própria FUNDEP. Assim, a receita da Fundação aumenta. Isso é extremamente interessante para a UFMG, pois a FUNDEP instituiu o Fundo de Apoio à Pesquisa, para onde são destinados 30% do superávit da Fundação, com o objetivo de financiar projetos da pesquisa da UFMG. Ressalta-se, ainda, a existência de um Núcleo específico para atendimento à UFMG (NAU) e outro para atendimento à comunidade (NAC).

Foi observado, ainda, que a FUNDEP paga aluguel à UFMG pela utilização de seu espaço físico e ressarcir a Universidade dos valores gastos com água, luz e telefone.

5.3 A OTIMIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS DO TESOURO

A UFMG trabalha com orçamento descentralizado, utilizando o plano interno previsto no SIAFI. Os recursos do Tesouro para pagamento de água, luz, telefone, vigilância e limpeza são repassados para as 49 unidades gestoras (UG), de acordo com indicadores. Como são responsáveis pela gerência de tais recursos, as UG's buscam desenvolver planos de otimização para sua aplicação, gerando economia para a instituição como um todo.

Caso os recursos do Tesouro não sejam suficientes para o pagamento de tais contas, a complementação será feita com os recursos próprios da UG.

Em resumo, pode-se verificar que, embora tão ativa na atividade de captação de recursos, todas as despesas básicas da Universidade com ensino, pesquisa e extensão são financiadas com recursos do Tesouro. No entanto, a autonomia que a UFMG conseguiu com recursos arrecadados alternativamente permitem que ela se movimente com muito mais liberdade, aplicando tais recursos no aprimoramento de seu pessoal e de sua área física. Além disso, a parte social também é contemplada, pois são aplicados recursos para proporcionar melhores condições ao corpo discente.

Contudo, é importante registrar que tais ações não evitam a polêmica sobre a questão da captação de recursos, já que as mesmas sofrem questionamentos de parte da comunidade universitária. Não há unanimidade em torno do tema.

6. CONCLUSÕES

Os entrevistados para a pesquisa de campo são pessoas de expressão que ocupam cargos relevantes na hierarquia da Universidade Federal Fluminense. Muitos, inclusive, são membros de seu Conselho Universitário, órgão máximo na formulação e definição de políticas em uma instituição federal de ensino superior.

A partir da literatura aqui apresentada e do resultado das entrevistas realizadas, pode-se concluir que o objetivo inicialmente formulada foi corroborada, tendo em vista que a maioria dos entrevistados concorda que é legítima a busca, por parte da universidade pública, de financiamento em outras esferas que não apenas a governamental.

Esferas essas que incluem a prestação de serviços feita pela instituição com a correspondente remuneração. Na visão aqui obtida, tal atividade não significa, necessariamente, que o papel da universidade pública será corrompido.

Se a prospecção for feita adequada e transparentemente, como transparente também deve ser a utilização dos recursos obtidos, a instituição não precisará abrir mão de suas atividades-fim e tampouco deixará de exercer seu papel de crítica da sociedade ou de formadora de massa crítica para compor essa mesma sociedade.

Para citar apenas um dos exemplos levantados pelos entrevistados, a universidade tem sido, cada vez mais freqüentemente, chamada para participar de questões que afetam de forma direta os cidadãos de uma comunidade, seja ela local, regional, nacional ou internacional. Para atender essa demanda, característica da atividade-fim de extensão, a universidade precisa agir de forma multidisciplinar.

A multidisciplinaridade diverge da forma clássica de como os saberes estão organizados dentro de uma IES. Uma nova organização dos saberes e, conseqüentemente, do trabalho não é tarefa fácil de ser executada. Arregimentar especialistas de diferentes áreas para que exerçam sua *expertise* em uma única frente tem um custo.

A pesquisa realizada na Universidade Federal de Minas Gerais demonstrou a forma encontrada por aquela universidade para coordenar esforços acadêmicos amplamente aceitos com aqueles ainda não plenamente resolvidos internamente em outras instituições. Não significa que não haja fissuras e descontentamentos na universidade mineira em relação à existência de suas diversas fundações, por exemplo.

Contudo, para a UFMG, foi esse o caminho possível e tem sido perseguido com constância e coerência, buscando o desenvolvimento da instituição como um todo.

Em relação à Universidade Federal Fluminense, o que se sentiu foi a necessidade de uma proposta de reavaliação de sua cultura institucional para contemplar a questão de forma mais aberta e ampla, respeitando-se valores tradicionais e profundamente arraigados na instituição sem, contudo, deixar de considerar aspectos inovadores que inserem-se na cultura de uma comunidade a partir de mudanças que insinuam-se lenta, porém coletivamente.

Este fenômeno, por si só, representa uma certa mudança de paradigma no interior da universidade: o rompimento da linearidade taylorista do pensar, discutir, polemizar e disputar para só então realizar, executar e implementar. Faz-se e discute-se simultaneamente, num movimento que poderíamos chamar de desregulamentação intelectual.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: Da Colônia à Era de Vargas**. 2.ed.– Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. **Estatuto e Regimento da Universidade Federal Fluminense**.

OLIVEIRA, R. T. Q. **Gestão da Pós-Graduação na Universidade Federal Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) Universidade Federal Fluminense, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **Carta: falas, reflexões, memórias / informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro / Darcy Ribeiro – 1. 1 (1991) – n. 1 (1992); n. 5 (1992) – Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991. A Lei Darcy Ribeiro – A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394 de 20/12/96.**

SINDER, Marlene. **Avaliação Institucional: O Desafio da Universidade Brasileira, Superação da Crise da Modernidade**. Dissertação (Mestrado em Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Disponível em www.uff.br. Acesso em: nove 2007.

Anexo A - Questionário

O questionário constava das seguintes perguntas:

- 1) Está sendo estudada a possibilidade de criação de novas Unidades Gestoras na UFF, com a conseqüente descentralização orçamentária. Na sua opinião, essa descentralização poderá representar uma corrida segmentada pela captação de recursos?
- 2) O financiamento do ensino superior público, especialmente nas universidades federais, vem decrescendo nos últimos anos. Em sua opinião, quais seriam as alternativas para a solução dessa questão? Estaria a participação da iniciativa privada aí incluída?
- 3) Como o(a) Sr.(ª) vê a criação, na UFF, de um setor que tivesse a atribuição de fazer prospecção, estimular e controlar a captação de recursos?
- 4) Poderiam as fundações em universidades federais serem vistas como órgãos de estímulo à captação de recursos alternativos?
- 5) Em sua opinião, como devem ser aplicados os recursos captados alternativamente em uma universidade federal?